FILIPPE LOVATO BATICH

**Análise crítica do acordo de leniência como política criminal
internacional para o combate a cartéis internacionais**

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Profa. Dra. Helena Regina Lobo da Costa

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2017

FILIPPE LOVATO BATICH

**Análise crítica do acordo de leniência como política criminal
internacional para o combate a cartéis internacionais**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia, sob a orientação da Profa. Dra. Helena Regina Lobo da Costa.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2017

Nome: BATICH, Filipe Lovato

Título: Análise crítica do acordo de leniência como política criminal internacional para o combate a cartéis internacionais

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo como exigência parcial para
obtenção do título de Mestre em Direito.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

À minha família.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço à Profa. Dra. Helena Regina Lobo da Costa pela oportunidade e por todo o auxílio na concepção e confecção do presente trabalho, acreditando sempre na contribuição do tema para o Direito Penal.

Aos professores da casa, em especial ao Prof. Dr. Titular Renato de Mello Jorge Silveira e Prof. Dr. Alberto do Amaral Júnior, retribuo, por meio desta pesquisa, todo conhecimento, discussões e conselhos recebidos ao longo do curso.

Pela orientação quase diária com o desenvolvimento desta pesquisa, fico imensamente grato aos Profs. Drs. Davi de Paiva Costa Tangerino e Heloísa Estellita.

Pelo suporte técnico com a pesquisa bibliográfica, agradeço aos membros da Biblioteca do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais e aos funcionários da Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Por derradeiro, mas não menos importante, agradeço à minha família por todo o apoio e paciência pelas ausências, mais especificamente, minha esposa Camila, que sempre esteve ao meu lado, incentivando.

“[...] because, just as those who draw landscapes place themselves below in the plain to contemplate the nature of the mountains and of lofty places, and in order to contemplate the plains place themselves upon high mountains, even so to understand the nature of the people it needs to be a prince, and to understand that of princes it needs to be of the people”.

(Nicolo Machiavelli)

RESUMO

BATICH, Filipe Lovato, *Análise crítica do acordo de leniência como política criminal internacional para o combate a cartéis internacionais*. 2017. 190 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

O objeto desta dissertação é a análise da governança internacional dos Programas de Leniência para o combate a cartéis internacionais. A Leniência é uma política criminal internacional e uma política extrapenal (política econômica) para combater cartéis internacionais. A definição do objeto do Direito Internacional Penal pode ser determinado por meio de *compliance*. O *compliance* com o Direito Internacional Penal é resultado de um processo especial envolvendo a internalização e adaptação das regras aos ordenamentos jurídicos dos Estados. O *ius puniendi* ainda é um monopólio estatal. *Soft law* é a fonte do Direito Internacional relativo à Leniência. *Soft Law* é um tipo de política criminal internacional que sugere modelos de *lege ferenda* aos Estados. Existe um alto nível de *compliance* com instrumentos de *soft law* que tratam de Leniência. Os instrumentos de *soft law* em matéria de Leniência baseiam-se no modelo americano e no dilema dos prisioneiros. A Leniência é uma política econômica e criminal que oferece a extinção ou redução da punibilidade a um membro de um cartel com fim de obter informações sobre o crime. A Leniência é uma política proporcional para a luta contra os cartéis internacionais.

Palavras-chave: Acordo de Leniência – Direito Internacional Penal - *Compliance* – Políticas criminais e Políticas Extra-Penais – Extinção da Punibilidade

ABSTRACT

BATICH, Filipe Lovato: *Critical analysis of the leniency as an international criminal policy to fight against international cartels*, 2017, 190 p. Dissertation (Master) – Law Scholl, University of São Paulo, São Paulo, 2017.

The focus of this dissertation is the analyses of the international governance of Leniency Programs to fight against international cartels. Leniency is an international criminal policy and a noncriminal policy (economic policy) to fight against international cartels. The definition of the object of International Criminal can be determined through compliance. The compliance with International Criminal law is a result of a special process involving the internalization and adaptation of the rules into States legal systems. The power to impose criminal sanction stills a State monopoly. Soft law is the source of the International Law regarding Leniency. Soft Law is considered a type of international criminal policy, suggesting models of *lege ferenda* to States. There is a high level of compliance with the soft law regarding Leniency. The instruments of soft law regarding Leniency relies on the American model and in the prisoner dilemma. The Leniency is an economic and criminal policy that offers the cure or the reduction of the criminal liability to a member of a cartel in order to obtain information about the criminal offense. The Leniency is a reasonable policy to fight against international cartels.

Keywords: Leniency – International Criminal Law – Compliance – Criminal and Non-Criminal Policies – Cure of the Criminal Liability

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. GOVERNANÇA GLOBAL DAS NORMAS PENAIS INTERNACIONAIS	13
2.1 Governança do Direito Internacional Penal	18
2.2 O Direito Internacional Penal	26
2.2.1 Perda da legitimidade do <i>ius puniendi</i> estatal	27
2.2.2 Princípio da Justiça Universal e Proteção aos Direitos Humanos	30
2.2.3 Harmonização	35
2.2.4 Análise Crítica às Correntes	43
2.3 Conclusões parciais.	49
3. COMPLIANCE PARA DEFINIÇÃO DO ACORDO DE LENIÊNCIA COMO OBJETO DO DIREITO INTERNACIONAL PENAL	53
3.1 <i>Compliance</i> no Direito Internacional	53
3.2 Teorias de <i>compliance</i> com normas de Direito Internacional	56
3.2.1 Teoria realista	57
3.2.1.1 Realismos ofensivo e defensivo	59
3.2.1.2 Realismo neoclássico ou neorrealismo	62
3.2.2 Teorias Institucionais	64
3.2.2.1 Teorias Institucionais Gerenciais	65
3.2.2.2 Processo legal transnacional	68
3.2.3 Normativistas ou Legalistas	70
3.2.4 Liberais	75
3.3 <i>Compliance</i> no Direito Internacional Penal	79
3.4. Conclusões parciais	90

4. A GOVERNANÇA E O <i>COMPLIANCE</i> ÀS NORMAS INTERNACIONAIS QUE TRATAM DO ACORDO DE LENIÊNCIA NOS CRIMES CONTRA A ORDEM ECONÔMICA	92
4.1 Fontes	92
4.1.1 Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico	96
4.1.2 Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento	100
4.1.3 <i>International Competition Network</i>	104
4.2 Recepção das normas pelos Estados	106
4.3 O papel da <i>soft law</i> na governança internacional dos acordos de leniência	111
4.3.1 O conceito de <i>Soft Law</i>	112
4.4 <i>Soft law</i> como instrumentos de política criminal	119
4.4.1 Política criminal internacional	122
4.4.2 Características de política criminal internacional	124
4.5 Conclusões parciais	125
5. A ADEQUAÇÃO DO ACORDO DE LENIÊNCIA COMO POLÍTICA CRIMINAL	127
5.1 O acordo de leniência	127
5.1.1 Origem	127
5.1.2 Reflexos do sistema norte-americano	134
5.1.3 Lógica econômico-política do acordo de leniência	138
5.1.4 Natureza Jurídica	144
5.2 Ponderação sobre a aplicação do acordo de leniência para o combate a cartéis internacionais	154

5.2.1 Governança contemporânea do acordo de leniência para o combate a cartéis internacionais	157
5.2.2 Proporcionalidade do acordo de leniência como política criminal	157
5.3 Conclusões parciais	164
6. CONCLUSÃO	168
REFERÊNCIAS	174
DOCUMENTOS CONSULTADOS	186
ANEXO A	189

1. INTRODUÇÃO

Não foi somente a economia que se globalizou, mas sim toda a sociedade e, consequentemente, o Direito Penal. Este último enfrenta dilemas entre como manter sua concepção clássica de *ultima ratio* e adaptar a sua dogmática e exercer o *ius puniendi* (poder eminentemente estatal) em um mundo que requer o combate a crimes transnacionais.

Dentro deste contexto, organismos internacionais emanam instrumentos que recomendam a criminalização e a cooperação na persecução de novas condutas típicas com o fim de combater à criminalidade, que também se globalizou. Porém, um instituto foge a tal regra: o acordo de leniência.

Como se verá adiante, o acordo de leniência é uma forma de combate a crimes de cartel que, principalmente a partir do presente século, tornou-se comum em muitos ordenamentos jurídicos, em decorrência de políticas advindas tanto de tradicionais, quanto novas, organizações transnacionais.

É um instituto que visa atrair membros de cartéis por meio de benefícios, dentre eles o afastamento de sanções penais, para que adotem posturas colaborativas com as autoridades públicas. Para ser efetivo, a experiência internacional demonstra que a incorporação de uma série de disposições legais, por parte dos Estados, faz-se necessária.

O objetivo da presente pesquisa é analisar a governança internacional do acordo de leniência, como ferramenta eficaz ao combate de cartéis internacionais. Contudo, para tal fim, a presente pesquisa enfrentou diversas dificuldades advindas das barreiras de compatibilidade entre o Direito Internacional e o Direito Penal.

Apesar de atualmente se entender que o Direito Penal é um sistema aberto, que incorpora orientações de natureza político criminal, parece que a dogmática pouco analisou o impacto de políticas criminais ou extrapenais internacionais no ordenamento jurídico de cada Estado.

Ademais há uma carência de estudos que tratem da governança e da incorporação de normas internacionais de Direito Penal que não resultem na criação de novos tipos penais, mas, que, pelo contrário, determinem o afastamento da pena restritiva de liberdade para situações especiais, revestidas de punibilidade.

O primeiro desafio encontrado, tratado pelo Capítulo 1, foi o de conceituar o que é Direito Internacional Penal para determinar suas fontes, sistemática e princípios que devem regê-lo. Nesse sentido, há uma divergência doutrinária sobre qual é o objeto do Direito Internacional Penal, levando a diferentes concepções doutrinárias sobre sua dogmática.

O Capítulo 2 aborda o conceito de *compliance* com as normas de Direito Internacional que tratam de assuntos criminais como forma de interpretação sobre o que é Direito Internacional Penal. Especificamente, verifica-se como deve ser realizada a incorporação de tais normas pelos ordenamentos jurídicos internos para que elas sejam eficazes e, conseqüentemente, produzam efeitos.

A governança internacional do acordo de leniência, englobando suas fontes em nível internacional (organismos internacionais e o tipo de normas por eles produzidas) e o efeito que tais normas internacionais produzem será o objeto de análise do Capítulo 3.

Por derradeiro, no Capítulo 4 será realizada uma análise crítica sobre o acordo de leniência a partir de suas origens, alterações que levaram a ser mais eficaz, a lógica por trás de sua sistemática, sua natureza jurídica e, principalmente, para se ponderar se o acordo de leniência é um instrumento proporcional para alcançar os fins que almeja.

PIETH, Mark. Los actores del cambio. In: DELMAS-MARTY, Mireille (Dir.); PIETH, Mark (Dir.); SIEBER, Ulrich (Dir.); MORALES M, Marta (Coord.). *Los caminos de la armonización penal*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2009.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. 3. ed. São Paulo: Max Limonad, 1997.

POSNER, Richard A. *Overcoming law*. Estados Unidos: Harvard, 1995.

PRITTWITZ, Cornelius. O direito penal entre direito penal do risco e direito penal do inimigo: tendências atuais em direito penal e política. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 12, n. 47, p. 31-45, mar./abr. 2004.

RÁGUES I VALLÈS, Ramon. *Whistleblowing: una aproximación desde el derecho penal*. Madri: Marcial Pons, 2013.

RAUSTIALA, Kal; SLAUGHTER, Anne-Marie. International law, international relations and compliance. In: RISSE, Thomas; CARLNAES, Walter; SIMMONS, Beth (Eds.). *Princeton Law & Public Affairs Paper No. 02-2. The handbook of international relations*. Sage Publications, 2002.

REALE JÚNIOR, Miguel. *Instituições de direito penal: parte geral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

REDGWELL, Catherine. Universality or integrity? Some reflections on reservations to general multilateral treaties. *British Yearbook of International Law*, [s. l.], v. 64, n. 1, p. 245-282, nov. 1994.

REINICKE, H. Wolfgang; WITTE, Jan Martin. Challenges to the international legal system interdependence, globalization, and sovereignty: the role of non-binding international legal accords. In: SHELTON, Dinah (Ed.). *Commitment and compliance: the role of non-binding norms in the international legal system*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2007.

RIOS, Rodrigo Sánchez. *Das causas de extinção da punibilidade nos delitos econômicos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

ROCKEFELLER, Edwin S. *A religião do antitruste: como a crença cega no antitruste levou a uma aplicação confusa e arbitrária das leis antitruste*. Trad. Lucia Helena de Sena Franca. São Paulo: Singular, 2009.

RODAS, João Grandino. Acordos de leniência em direito concorrencial: práticas e recomendações. *Revista dos Tribunais*, v. 96, n. 862, p. 22-33, ago. 2007.

RODRIGUEZ YAGUE, Cristina. La protección de los whistleblowers por el ordenamiento español: aspectos sustantivos processuales. In: ARROYO ZAPATERO, Luis; NIETO MARTÍN, Adán. *Fraude y corrupción en el derecho penal económico europeo: eurodelitos de corrupción y fraude*. Cuenca: Universidad de Castilla-La Mancha, 2006.

ROSENTHAL, Sérgio. *A punibilidade e sua extinção pela reparação do dano*. São Paulo: Dialética, 2005.

ROXIN, Claus. *Derecho penal: parte general: tomo I: fundamentos: la estructura de la teoría del delito*. Trad. e notas Diego-Manuel Luzón Peña, Miguel Díaz y García Conlledo e Javier de Vicente Remesal. Madri: Civitas Ediciones, S.L, 1997.

_____. _____. Trad. 2. ed. alemã e notas Diego-Manuel Luzón Peña, Miguel Díaz y García Conlledo e Javier de Vicente Remesal. Madri: Civitas Ediciones, S.L, 2008.

_____. *Política criminal e sistema jurídico-penal*. Trad. Luís Greco. Rio de Janeiro: Renovar, 2012.

_____. *Sistema del hecho punible/2: ilícito y justificación*. CÓRDOBA E. Gabriela et al (Coords.). Buenos Aires: Hammurabi, 2015.

RUDLOFF, Peter. Offensive realism, defensive realism, and the role of constraints. *The Midsouth Political Science Review*, [s. l.], v. 14, p. 45-77, dez. 2013.

SALOMÃO FILHO, Calixto. *Direito concorrencial: as estruturas*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

SALOMI, Maíra Beauchamp. *O acordo de leniência e seus reflexos penais*. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SHELTON, Dinah. Introduction: law, non-law and the problem of 'soft law'. In: SHELTON, Dinah (Ed.). *Commitment and compliance: the role of non-binding norms in the international legal system*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2007.

SIEBER, Ulrich. Los factores que guían la armonización del derecho penal. In: DELMAS-MARTY, Mireille et al (Eds.). *Los caminos de la armonización penal*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2009.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. El derecho penal ante la globalización y la integración supranacional. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 6, n. 24, p. 65-78, out./dez. 1998.

_____. *A expansão do direito penal: aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais*. 3. ed. Trad. 2. ed. esp. Luiz Otávio de Oliveira Rocha. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

_____. Bases de una dogmática jurídico-penal supranacional. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 3, n. 12, p. 34-38, out./dez. 1995.

_____. *Principio de legalidad y legislación penal europea ¿una convergencia imposible?* Publicaciones del Portal Iberoamericano de las Ciencias Penales, Instituto de Derecho penal Europeo e Internacional, Universidad de Castilla, La Mancha, 2006, p. 1. Disponível em: <<http://www.cienciaspenales.net/files/2016/10/5jesus-maria-silva.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

_____. Retos científicos y retos políticos de la ciencia del derecho penal. *Revista de Derecho Penal y Criminología*, Madri, n. 9, p. 83-101, jan. 2002.

_____. *Aproximação ao direito penal contemporâneo*. Trad. Roberto Barbosa Alves. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

SILVA, Luís Virgílio Afonso da. O proporcional e o razoável. *Revista dos Tribunais*, v. 798, p. 23-50, abr. 2002.

SILVA, Vladimir Spíndola. O instituto da leniência no direito antitruste norte-americano. *Revista do IBRAC*, v. 9, n. 1, p. 323-345, jan. 2002.

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. Considerações penais sobre o acordo de leniência na realidade antitruste. In: PASCHOAL, Janaína Conceição; SILVEIRA, Renato de Mello Jorge (Coords.). *Livro homenagem a Miguel Reale Júnior*. Rio de Janeiro: G/Z, 2014.

_____; SAAD-DINIZ, Eduardo. *Compliance: direito penal e lei anticorrupção*. São Paulo: Saraiva, 2015.

_____; _____. *Criminal compliance: os limites da cooperação normativa quanto à lavagem de dinheiro*. *Revista peruana de ciencias penales*, Lima, n. 25, p. 591-626, 2013.

SIMONSSON, Ingeborg. Criminalizing cartels in the EU: is there a case for harmonisation? In: BEATON-WELLS, Caron; EZRACHI, Ariel (Eds.). *Criminalizing cartels: critical studies of an international regulatory movement*. Oxford: Hart Publishing, 2011.

SLAUGHTER, Anne-Marie. Liberal international relations theory and international economic law. *The American University International Law Review*, v. 10, n. 2, p. 717-743, 1995.

SOUSA, João Ramos de. *Julgamento sem romance: processo penal, literatura jurídica e teoria dos jogos: uma análise econômica*. *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, Coimbra, v. 13, n. 3, p. 387-416, jul./set. 2003.

STACY, Helen. Criminalizing culture. In: MAY, Larry; HOSKINS, Zachary (Orgs.). *International criminal law and philosophy*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2014.

TAVARES, Juarez. Criminalidade nacional, transnacional e internacional. In: NEVES, Marcelo (Coord.). *Transnacionalidade do direito: novas perspectivas dos conflitos entre ordens jurídicas*. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

THIRLWAY, Hugh. *The sources of international law*. 1. ed. Nova Iorque: Oxford University Press, 2014.

TIEDEMANN, Klaus; CANCIO MELIÁ, Manuel. La armonización del derecho penal en los estados miembros de la Unión Europea. Trad. Manuel Cancio Meliá. *Anuario de Derecho Penal y Ciencias Penales*. Madri, v. 49, n. 2, p. 385-404, mai/ago. 1996.

VOGEL, Joachim. Por un código penal europeo. *Iter Criminis: revista de ciencias penales*, México, n. 9, p. 313-349, jan./mar. 2004.

_____. La internacionalización del derecho penal y el proceso penal. *Revista Penal*. Valencia, n. 22, p. 160-167, jul. 2008.

_____. Evaluación de los sistemas penales: contribución a una política criminal racional. In: DÍEZ RIPOLLÉS, José Luis; PRIETO DEL PINO, Ana María; SOTO NAVARRO, Suzana (Eds.). *La política legislativa penal en occidente: una perspectiva comparada*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2005.

_____. Principio de legalidad, territorialidad y competencia judicial. In: ARROYO ZAPATERO, Luis; TIEDEMANN, Klaus; NIETO MARTÍN, Adán. *Eurodelitos: el derecho penal económico en la Unión Europea*. México: Instituto Nacional de Ciencias Penales, 2006.

_____. Legislación penal y ciencia del derecho penal: reflexiones sobre una doctrina teórico-discursiva de la legislación penal. *Revista de Derecho Penal y Criminología*, Madrid, n. 11, p. 249-265, jan. 2003.

WALLACE, Rebecca M. M.; MARTIN-ORTEGA, Olga. *International law*. 7. ed. Londres: Sweet & Maxell, 2013.

WALTZ, Kenneth N. Structural realism after the cold war. *International Security*. [s. l.], v. 25, n. 1, p. 5-41, Summer 2000.

WEISS, Edith Brown; JACOBSON, Harold K. A framework for analysis. In: WEISS, Edith Brown; JACOBSON, Harold K. (Eds.). *Engaging countries: strengthening compliance with international environmental accords*. Cambridge: MIT Press, 1998.

WEISS, Thomas G.; WILKINSON, Rorden. Rethinking global governance? Complexity, authority, power, change. *International Studies Quarterly*. [s. l.], v. 58, n. 1, p. 207-215, mar. 2014.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. *Manual de direito penal brasileiro: parte geral*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

DOJ. *Final report to the attorney general and assistant attorney general for antitrust*, 2000. Disponível em: <<https://www.justice.gov/atr/final-report>>. Acesso em: 15 nov. 2016;

ICN. *Defining Hard Core Cartel Conduct Effective Institutions Effective Penalties*, 2005. Disponível em <<http://www.internationalcompetitionnetwork.org/uploads/library/doc346.pdf>>). Acesso em: 15 nov. 2016;

_____. *Anti-Cartel Enforcement Manual*, 2007. Disponível em: <<http://www.internationalcompetitionnetwork.org/uploads/library/doc343.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2016;

_____. *Recommended Practices*. Disponível em <<http://www.internationalcompetitionnetwork.org/about/icnguidance.aspx>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

_____. *Other ICN Guidance*. Disponível em <<http://www.internationalcompetitionnetwork.org/about/icnguidance.aspx>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

_____. *Good practices and other Practical tools*. <<http://www.internationalcompetitionnetwork.org/about/icnguidance.aspx>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

OCDE. *Recommendation of the Council concerning Effective Action against Hard Core Cartels*, 1998. Disponível em: <<https://www.oecd.org/daf/competition/2350130.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2016;

_____. *Hard Core Cartels*, 2000. Disponível em: <<http://www.oecd.org/competition/cartels/2752129.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2016;

_____. *Using Leniency to Fight Hard Core Cartels*, 2001. Disponível em: <<http://www.oecd.org/daf/ca/1890449.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2016;

_____. *Programmes*, 2002. Disponível em: <<https://www.oecd.org/competition/cartels/1841891.pdf>>. Acesso em: 15 de nov. de 2016;

_____. *Competition Law and Policy in Korea*, 2002. Disponível em: <<https://www.oecd.org/korea/34834187.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2016;

_____. *Competition Law and Policy in Japan*, 2002. Disponível em: <<https://www.oecd.org/japan/34832229.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2016;

_____. *Competition Law and Policy in South Africa*, 2003. Disponível em: <<https://www.oecd.org/japan/34832229.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2016;

_____. *Competition Law and Policy in Peru*, 2003. Disponível em: <<http://www.oecd.org/daf/competition/34728182.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2016.

_____. *Fighting hard core cartels in Latin America and the Caribbean*, Outubro, 2004 Disponível em: <<http://www.oecd.org/daf/competition/prosecutionandlawenforcement/38835329.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2016;

_____. *Hard Core Cartels: Third report on the implementation of the 1998 Council Recommendation*, 2005. Disponível em: <<http://www.oecd.org/competition/cartels/35863307.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2016;

_____. *Plea Bargaining and Settlement of Cartel Cases*, 2008. Disponível em: <<http://www.oecd.org/regreform/sectors/41255395.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2016;

_____. *Using Leniency to Fight Hard Core Cartels*, 2009. Disponível em: <<http://www.oecd.org/competition/latinamerica/2010%20Latin%20American%20Competition%20Forum.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2016;

_____. *Latin American Competition Forum*, 2009. Disponível em: <<https://www.oecd.org/competition/latinamerica/2009%20Latin%20American%20Competition%20Forum.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

_____. *2010 Latin American competition forum*, 2010. Disponível em: <<http://www.oecd.org/competition/latinamerica/2010%20Latin%20American%20Competition%20Forum.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

_____. *Competition Law and Policy in Brazil*, 2010. Disponível em: <<https://www.oecd.org/daf/competition/45154362.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2016;

_____. *Improving International Co-operation in Cartel Investigations*, 2012; Disponível em: <<http://www.oecd.org/daf/competition/ImprovingInternationalCooperationInCartelInvestigations2012.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2016;

_____. *The impact of cartel on the poor*, 2013. Disponível em: <http://unctad.org/meetings/en/SessionalDocuments/ciclpd24rev1_en.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2016;

_____. *Recommendation of the OECD Council concerning International Co-operation on Competition Investigations and Proceedings*, 2014. Disponível em: <<http://www.oecd.org/daf/competition/2014-rec-internat-coop-competition.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2016;

OMC. *Consumers, Multilateral Competition Policy and the WTO: technical report*, Março, 2003. Disponível em: <https://www.wto.org/english/tratop_e/dda_e/symp03_ci_tech_report_e.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2016;

UNCTAD. *Can developing economies benefit from WTO negotiations on binding disciplines for hard core cartels?*, 2003. Disponível em: <http://unctad.org/en/docs/ditcclp20033_en.pdf>. Acesso em 12 dez. 2016;

_____. *Model on law Competition*, 2007. Disponível em <http://unctad.org/en/Docs/tdrbpconf5d7rev3_en.pdf>, Acesso em 16 de nov. 2016;

_____. *Guidebook on competition systems*, 2007. Disponível em: <http://unctad.org/en/Docs/ditcclp20072_en.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2016;

_____. *Model Law on Competition (2010) – Chapter X*, Agosto, 2010. Disponível em: <http://unctad.org/en/Docs/tdrbpconf7L10_en.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2016;

_____. *Model Law on Competition (2010) – Chapter XI*, Agosto, 2010. Disponível em <http://unctad.org/en/Docs/tdrbpconf7L11_en.pdf> Acesso em 16 de nov. 2016;

_____. *The use of leniency programmes as a tool for the enforcement of competition law against hardcore cartels in developing countries*, 2010. Disponível em: <http://unctad.org/en/Docs/tdrbpconf7d4_en.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2016;

_____. *Appropriate sanctions and remedies*, 2010. Disponível em: <http://unctad.org/en/Docs/tdrbpconf7d5_en.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2016;

_____. *The impact of cartel on the poor*, 2013. Disponível em: <http://unctad.org/meetings/en/SessionalDocuments/ciclpd24rev1_en.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2016;

_____. *Competition Guidelines: Leniency Programmes*, 2016. Disponível em: <http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/ditcclp2016d3_en.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2016;

ANEXO A

País:	Data	Sanções Criminais (não considera crimes em licitações)	Imunidade ao 1º Leniente	Imunidade a outros Lenientes	Há Leniência Plus?	Líderes dos cartéis podem se candidatar?	Leniências fechadas
África do Sul	1998	Não	Total	Parcial	Não	Não elegíveis	17
Albânia	2004	Não	Total	Parcial	Não	Total	0
Alemanha*	2006	Independente	Total	Parcial	Não	Parcial	n.a.
Assoc. Europ. de Livre Comércio	2003	Não	Total	Parcial	Não	Parcial	n.a.
Austrália*	2009	Sim	Total	Parcial	Sim	Não elegíveis	n.a.
Áustria*	2006	Não	Parcial	Parcial	Sim	Não elegíveis	4
Bélgica*	2006	Não	Total	Parcial	Não	Parcial	1
Brasil	2003	Sim	Total	Parcial	Sim	Total	1
Bulgária	2008	Não	Total	Parcial	Não	Total	0
Canadá*	2009	Sim	Parcial	Parcial	Sim	Não elegíveis	0
Chile*	2009	Não	Total	Parcial	Não	Não elegíveis	0
Chipre	2003	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	0
Coréia*	1999	Sim	Total	Parcial	Sim	Não elegíveis	10
Dinamarca*	2007	Sim (multa)	Total	Parcial	Não	Não elegíveis	0
Egito	2008	Sim (multa)	Parcial	Não	n.a.	n.a.	0
El Salvador	2007	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Não elegíveis	0
Eslováquia*	2001	Independente	Total	Parcial	Não	Não elegíveis	n.a.
Eslovênia*	2008	n.a.	Total	n.a.	n.a.	Não elegíveis	n.a.
Espanha*	2008	Não	Total	Parcial	Não	Não elegíveis	n.a.
Estados Unidos*	1993	Independente	Total	Parcial	Sim	Não elegíveis	n.a.
Estônia*	2009	Sim	Total	Total	n.a.	Não elegíveis	0
Finlândia*	2004	Não	Total	Parcial	Não	Total	n.a.
França*	2001	Sim	Total	Parcial	Não	Parcial	4
Grécia*	2006	Sim	Total	Parcial	Não	Parcial	0
Holanda*	2007	Não	Total	Parcial	Não	Parcial	2
Hungria*	2009	Independente	Total	Parcial	Não	Parcial	7
Índia	2009	Não	Total	Parcial	n.a.	n.a.	n.a.
Irlanda*	2001	Sim	Total	Não	Não	Não elegíveis	n.a.
Islândia*	2005	Independente	Total	Parcial	Não	Não elegíveis	4
Israel*	2005	Sim	Total	Não	Sim	Não elegíveis	n.a.